

## **A GEOPOLÍTICA JAPONESA E A POLÍTICA EMIGRATÓRIA**

Minoru Uchigasaki<sup>1</sup>

**Resumo:** Por que o Japão no seu grande boom econômico, quando se torna uma grande potência, exatamente no período pós vitória japonesa na I Guerra Mundial, houve um aumento na saída de emigrantes para o exterior? Uma resposta pode estar na política de emigração que tornava cada vez mais ativa até o início da II Guerra Mundial. Historiador Motoyama (2016) identifica um enigma por que os emigrantes japoneses passaram de condições econômicas melhores para as condições piores? A geopolítica adotada pelo governo japonês pode explicar razoavelmente essa contradição. Não há uma explicação puramente econômica porque havia também muita propaganda ideológica para realização de um plano geopolítico do governo. De um lado o governo incentivava o povo japonês a emigrar subsidiando passagens de transporte marítima, e por outro uma campanha de um paraíso terrestre no outro lado do mundo, onde os súditos poderiam se enriquecer como “desbravador de infinitas terras férteis” (ISHIKAWA, 2008, p.68). A partir da visão geopolítica japonesa, pode se compreender a origem da política emigratória japonesa da primeira metade do século XX e identificar os motivos por trás das suas políticas e entender a organização do sistema de emigração. O fato é que o Estado Moderno Japonês encorajou a emigração.

**Palavras-chave:** Geopolítica japonesa; Política migratória; Imigração japonesa

**Abstract:** Why did Japan in its great economic boom, when it becomes a great power, exactly in the period after the Japanese victory in World War I, there was an increase in the outflow of emigrants abroad? One answer may lie in the emigration policy that became increasingly active until the beginning of World War II. Historian Motoyama identifies a conundrum as to why Japanese emigrants went from better to worse economic conditions? The geopolitics adopted by the Japanese government can reasonably explain this contradiction. There is not a purely economic explanation because there was also a lot of ideological propaganda for the realization of a geopolitical plan of the government. On the one hand the government encouraged the Japanese people to emigrate by subsidizing shipping tickets, and on the other hand a campaign of an earthly paradise on the other side of the world where subjects could enrich themselves as a "pathfinder of infinite fertile lands." (ISHIKAWA, 2008, p.68). From the Japanese geopolitical view, one can understand the origin of the Japanese emigration policy of the first half of the 20th century and identify the motives behind their policies and understand the organization of the emigration system. The fact is that the Japanese Modern State encouraged emigration.

**Keywords:** Japanese geopolitics; Migration policy, Japanese immigration

Artigo enviado em: 17/10/2022

Artigo aceito em: 18/01/2023

---

<sup>1</sup> Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Estado do Amazonas (PPGSCA/UFAM), professor efetivo da Secretaria da Educação do Estado do Amazonas (SEDUC/AM). E-mail de contato: miuchigasaki@gmail.com.

## Introdução

Por que o Japão no seu grande boom econômico, quando se torna uma grande potência, exatamente no período pós vitória japonesa na I Guerra Mundial, houve um aumento na saída de emigrantes para o exterior? Uma resposta pode estar na política de emigração que tornava cada vez mais ativa até o início da II Guerra Mundial. Há muitas narrativas da imigração - histórias de sofrimentos dos imigrantes japoneses que tiveram de sobreviver sob duras condições no Brasil (Tomoo Handa, Zenpatti Ando, Hiroshi Saito). Mas destaca se um enigma da história da migração levantado pelo historiador Shozo Motoyama no livro *Sob o Signo do Sol Nascente*: “por que os emigrantes japoneses passaram de condições econômicas melhores para as condições piores?” (MOTOYAMA, p.25). A geopolítica adotada pelo governo japonês pode explicar razoavelmente essa contradição. Não há uma explicação puramente econômica porque havia também muita propaganda ideológica para realização de um plano geopolítico do governo. De um lado o governo incentivava o povo japonês a emigrar subsidiando passagens de transporte marítima, e por outro uma campanha de um paraíso terrestre no outro lado do mundo, onde os súditos poderiam se enriquecer como “desbravador de infinitas terras férteis”. (ISHIKAWA, 2008, p.68)

A partir da visão geopolítica japonesa, pode se compreender a origem da política emigratória japonesa da primeira metade do século XX e identificar os motivos por trás das suas políticas e entender a organização do sistema de emigração. O fato é que o Estado Moderno Japonês encorajou a emigração. O governo formulou uma política emigratória explícita com intervenção até nas companhias particulares de emigração em 1917 juntando quase todas essas companhias logo que o Japão estabeleceu supremacia no Tsingtao, na China, e nas Ilhas dos Mares do Sul, consequência da vitória da Primeira Guerra Mundial.

O governo japonês, por meios dos seus órgãos, visando ao desenvolvimento da economia japonesa no ultramar, reformou a política de emigração e de colonização, incentivando a unificação das companhias de emigração.

## **A geopolítica japonesa e a política emigratória**

Segundo Vieira (1973), Taiwan foi a primeira grande conquista do Japão, anexada como resultado da Guerra com a China em 1895. O governo japonês estimulou e protegeu a aplicação de capitais nessa ilha, fornecendo os taiwaneses a força de trabalho e o pagamento de taxas e o Japão o capital, os administradores, empresários, pessoal técnico e profissional. Taiwan foi uma das primeiras colônias para aplicação do capital japonês como também um posto avançado para futuras penetrações econômicas e políticas em direção à Ásia e Oceania.

Na visão da socióloga japonesa Chiyoko Mita, a vitória da guerra com os russos em 1905, o Japão estendeu seu protetorado à Coreia. A partir da anexação da Coreia em 1910, concretizava a orientação política do Japão em direção à Ásia continental. Já a península de Liaodong e Karafuto, parte sul das Ilhas Sakhalinas, anexada em 1905, considerada região de fronteira e estrategicamente importante para o Império japonês, foi colonizada por iniciativa do governo oficial que subsidiava os emigrantes japoneses.

De 1905 a 1931, os japoneses penetraram na Manchúria. Grandes esquemas de colonização foram elaborados pelo governo japonês para desenvolvimento dos recursos agrícolas e industriais da região<sup>2</sup>. A política de implantação de colônias na Manchúria, que

---

<sup>2</sup> Tsukasa Uetsuka foi um dos colaboradores do projeto japonês de exploração da Manchúria, esteve nessa região chinesa durante 1912-1913 para fazer um estudo sobre o desenvolvimento de ferrovia na região pela



se configurou como uma espécie de extensão do território japonês no além-mar. Esta orientação transformou a política de emigração japonesa num empreendimento estatal, oferecendo aos emigrantes proteção e patrocínio do governo (MITA, 1999). Os projetos de colonização eram precedidos de estudos e de pesquisas para definir as áreas estratégicas.

Já nas ilhas dos Mares do Sul, um tipo diferente de colonização aparece, foram colonizadas pelo governo japonês por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Mares do Sul, sob incumbência de explorar tecnologia e organização de recursos de região tropical, recebia do governo, monopólio de direitos, subsídio e isenção de impostos.

Tendo como base os estudos geopolíticos japoneses de Karl Haushofer(1966) e estudos históricos da imigração japonesa ao Brasil de Francisca Vieira(1973), Chiyoko Mita(1999), e Celia Sakurai (2000), pode se afirmar que a migração colonial da população japonesa ao além mar se deu a partir da expansão imperialista<sup>3</sup> japonesa por meio de guerra sino-japonesa de 1895 e a russo-japonesa em 1905. As vitórias nessas duas guerras propiciaram ao Japão a utilizar dos recursos naturais obtidos dos territórios ocupados para aumentar a produção industrial nacional. E conseqüentemente buscar obter cada vez mais espaço para o território japonês. O Japão adotou o nome de Dai Nippon Teikoku,

---

empresa japonesa Mantetsu. No seu relatório apresentado a empresa, segundo seu neto Yoshio Uetsuka, o seu avô descreveu as dificuldades em desenvolver essa região devido a existência de várias etnias distintas e em conflito permanente. E disse que seu avô acreditava em maiores possibilidades de sucesso da imigração japonesa, “incomparavelmente maior no investimento na Amazônia do que na Manchúria”. Em 1929, Uetsuka liderou o projeto de colonização em Amazonas”. (UETSUKA, Y. e NAKANO, Y. , 2013, p. 56)

<sup>3</sup> Na historiografia, denomina-se imperialismo, a disputa que ocorreu nas décadas finais do século XIX pela partilha do novo mundo entre as grandes potências, como possibilidade de expansão de suas economias, acirrando a concorrência entre os países mais industrializados, ou seja, o momento do desenvolvimento de uma política deliberada por parte dos estados de anexação de povos e territórios com vistas à expansão dos mercados capitalistas ou mesmo de intervenção indireta em países independentes. (HOBSBAWM, 1988, p. 101)



adquirindo um império colonial, com a aquisição de Taiwan (1895), da Coréia (1910), da península de Liaodong e Karafuto (1905), as ilhas dos Mares do Sul (1918).

Do ponto de vista geopolítico de Karl Haushofer, inicialmente a justificativa utilizada pelo governo japonês, principalmente do governo de Taro Katsura (1848-1913), para adotar a expansão imperialista na Ásia foi a ameaça das potências ocidentais de colonizar o Japão. Alegava-se que os países asiáticos estavam se enfraquecendo devido às divisões e interferências ocidentais. (HAUSHOFER, apud DORPALEN, 1982)

Além dessa expansão da área ocupada pelos japoneses, havia migrações japonesas para o exterior: Hawaii, Canadá, EUA, Peru e Brasil. Se considerarmos a migração apenas como técnica resolutiva do problema demográfico de um país superpovoado, esse movimento é pouco significativo. Cabe destacar uma política muito bem observada pelo diplomata alemão Karl Haushofer<sup>4</sup>: para convencer o povo japonês a lutarem por mais territórios estrangeiros, o governo japonês do primeiro-ministro Taro Katsura<sup>5</sup> (1848-1913) iniciou já no final do século XIX uma campanha de propaganda para manter a população em permanente estado de alerta, advertindo, para o risco iminente de destruição da

---

<sup>4</sup> Após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a rendição japonesa, boa parte dos documentos e trabalhos produzidos pela Associação japonesa da Geopolítica foram destruídos por esses mesmos associados, um pouco antes da chegada das forças de ocupação dos EUA em 1945. A vinculação ideológica destes trabalhos ao projeto de um Japão potência e imperialista fez com que seus autores fossem em grande medida ostracizados, a exemplo do que ocorreu com os textos do próprio Haushofer no pós-guerra. Diversos autores da Escola Geopolítica de Quioto e da Associação Japonesa de Geopolítica foram forçados à demissão, ao menos até o fim da ocupação americana em 1952. (CURADO, 2018)

<sup>5</sup> Taro Katsura foi primeiro-ministro japonês por três mandatos (1901-1906, 1908-1911, 1912-1913) e um grande entusiasta da emigração japonesa ao exterior. Em 1912, como primeiro ministro convocou em sua residência os maiores empresários do Japão para lhes pedir investimentos na colonização japonesa no Brasil, entre eles Eichi Shibusawa e Renpei Kondo. (TOYAMA, 2009, p.92)

economia japonesa caso não fossem atacados com vigor estes dois problemas estreitamente interligados<sup>6</sup>:

1. Cercado de países com população muito maior, o Japão logo estaria fora de páreo se o número de japoneses não aumentasse em 40 milhões, alcançando a taxa de cem milhões.

“Premier Taro Katsura, who backed him up on his proposals, ostensibly wanted to clear the decks of the ship of state in order to ensure the continuation of the voyage in the right direction. In reality none of the great Japanese parties opposed their demand even for living spare for at least a hundred million Japanese, providing Japan wanted to survive among the Chinese, Russian, and American hundred million peoples. Geopolitical shortsightedness such as the prevalence of party objectives over the life needs of an Empire”. (HAUSHOFER apud Dorpalen, 1966, p.33)

2. Era impossível espremer cem milhões de pessoas no exíguo território japonês. A conclusão óbvia, que logo foi aceita por quase toda a população, era que o país precisava ampliar seu território mediante uma ousada política de conquistas.

Karl Haushofer<sup>7</sup> (1869-1946), já como adido militar alemão no Japão, observando de perto a situação real neste país asiático e refazendo as contas, notou que, se a primeira premissa era uma conjectura razoável, a segunda era falsa: a densidade populacional do Japão era menor que a da Alemanha e o território japonês poderia abrigar mais 40 milhões de habitantes sem nenhum inconveniente. A política proposta pelo governo Katsura não

<sup>6</sup> Ver o texto de DORPALEN, Andreas. “Geopolítica en Acción. El Mundo del General Haushofer”, Ed. Pleamar, Buenos Aires, 1982, p.12. Nesse livro Dorpalen comenta todas as cartas importantes que Haushofer publica sobre a influência que esse recebeu no período em que esteve no Japão.

<sup>7</sup> Haushofer foi um dos principais idealizadores do estudo da geopolítica na Alemanha. Muito das suas ideias foram inspiradas na forma peculiar como o governo japonês atuava na política utilizando a geografia e a vontade política (CURADO, 2018). Quando retorna a Alemanha o Haushofer passa a publicar diversos trabalhos sobre o Japão, como seu primeiro livro “Dai Nihon” (1913) e sua Tese de doutorado (1914), defendida no Departamento de Geografia da Universidade Ludwigs-Maximilians de Munique (TAKEUCHI, 2000).

emanava de nenhuma necessidade objetiva, mas de uma escolha, de um ato de vontade. O Japão não precisava dos territórios estrangeiros: apenas queria porque queria tornar-se uma potência imperialista. (LONE, 1989)

Haushofer observou essa política e teve a ideia de adotá-la como modelo na política alemã. Haushofer pensou: se o governo japonês conseguia a adesão entusiástica da população a seus projetos imperialistas mediante um sistema de propagandas baseadas em dados geográficos bem arranjados para esse fim, o governo alemão poderia fazer o mesmo. Conta o estudioso da geopolítica portuguesa Jorge Freitas (2004) que uma vez Haushofer se surpreendeu da eficácia do método japonês depois dos problemas surgidos em 1906 com a emigração japonesa para os EUA, os dois países chegaram, um ano depois, a um *gentleman's agreement* pelo qual o governo imperial suspendia toda a emigração. Garantidas as boas relações com Washington, os estrategistas nipônicos voltaram-se então para a Manchúria, Coreia e América Latina (FREITAS, 2004). Propagandeando a inferioridade populacional relativamente aos seus vizinhos, o “programa continental” de Komura (Ministro de Relações Exteriores do Japão) impelia a uma “emigração asiática” planejada a qual mantinha os laços com a mãe-pátria, formando assim um “espaço vital”. As anexações subsequentes foram então vistas por Haushofer como uma verdadeira proeza: por um lado apaziguaram os receios norte-americanos de expansão japonesa para Leste; por outro eram efetuadas sob a “bandeira” da própria sobrevivência do Estado, levando assim ao fato consumado e à aquiescência da opinião pública mundial e de Washington em particular. (idem, p.17)

Fazer projeções exageradas para o povo, no entanto, não devia implicar que o governo se enganasse a si mesmo. Um sério estudo da geografia política e econômica, bem articulado à consideração estratégica objetiva das possibilidades de expansão imperialista,



deveria preparar o terreno para a unificação da vontade nacional sob o impacto de uma forte campanha de propaganda.

Foi a essa síntese de geografia, estratégia, chamariz e propaganda que Haushofer deu o nome de “geopolítica”<sup>8</sup>. Que passou a ser adotada no ocidente começando pela Alemanha. (DORPALEN, 1982, p.13)

Antes da geopolítica, existia naturalmente o que se chamava geografia política, que é a descrição das várias fronteiras, jurisdições, a divisão política, um mapa geológico, um mapa econômico e um mapa político, que mostrava as fronteiras dos diversos países. A geografia política é apenas descritiva. No Japão, Haushofer viu em ação algo ao qual depois ele daria uma formulação explícita e teórica e que chamaria de geopolítica. (TAKEUCHI, 2000)

Para o historiador Beasley, o regime político japonês naquela época (1895-1915) era um regime quase totalitário, o governo controlava quase tudo. Existia um parlamento, mas sua função era carimbar os decretos do imperador. Além disso, o “imperador era considerado divino na constituição japonesa” (BEASLEY, 1995, p.24). O governo exercia controle quase total sobre a opinião pública e fazia isso num ambiente já socialmente propício, onde os indivíduos em si não pesavam muito – o que importava mais era as

---

<sup>8</sup> Segundo Spang (2006), nas diversas viagens que Haushofer realizou ao Japão, esse conseguiu travar contato com generais e homens de Estado japoneses como Goto Shinpei, Ito Hirobumi, Katsura Taro, Terauchi Masatake, além disso mantinha igualmente contatos próximos com a embaixada do Japão em Berlim. As relações pessoais construídas ao longo dos anos serviram como um forte veículo de troca dessas ideias desenvolvidas nas escolas de geopolítica de Haushofer no Japão e na Alemanha, já que sendo conhecido entre estrategistas militares, políticos, jornalistas e o meio acadêmico, seus trabalhos encontravam fácil demanda para tradução entre editoras comerciais e periódicos. Por volta de 1940, a maior parte de sua bibliografia já havia sido efetivamente traduzida. O interesse japonês em geopolítica nesse período é igualmente explicado em função da estratégia oficial do Estado japonês de fomentar a construção de uma grande esfera de co-prosperidade no Leste-Asiático.

famílias e a comunidade –, onde não valorizava a ideia de uma independência de opiniões individuais (FREITAS, 2004, p.18). Nessa atmosfera, o governo japonês exercia uma pressão constante sobre a opinião pública para mantê-la em estado de alarma, anunciando dois problemas: primeiro, a superpopulação; segundo, a possível falta de alimento. Diziam que a população japonesa estava crescendo mais do que o território comportava e que em breve não haveria comida para todos. As duas coisas eram construídas, conforme o próprio Haushofer percebeu: a densidade populacional do Japão na época era menor do que a da Alemanha e não havia problema de falta de comida – o Japão era totalmente auto-suficiente em matéria de produção de alimento, praticamente não tinha de importar nada, e a alimentação era abundante. Então ele notou que, se havia essa constante propaganda do governo para manter as pessoas em estado de alarma quanto a esses pontos, não era para enfrentar problemas reais que já estivessem se manifestando ou que se pudesse esperar para as próximas décadas. O que o governo japonês estava fazendo na verdade era preparando uma expansão imperialista. Isso logo se confirmou quando Ito Hirobumi (general-residente) foi morto na Coreia em 1909 e, imediatamente, sem declarar guerra nem dar qualquer explicação, o Japão invadiu a Coreia e tomou posse do lugar extra oficialmente. Como não houve declaração de guerra, tudo foi feito mais ou menos na calada da noite, simplesmente não houve reação da comunidade internacional. (HENSHALL, 2012, p. 97)

A geopolítica consiste em fazer o que o Japão fez: usar todos os dados fornecidos pela geografia política, pela geografia humana, pela geografia econômica, em vista de um plano de governo. A geopolítica não é uma ciência teórica; é uma ciência que visa, diz Haushofer, a preparar o estadista. (uma ciência na qual o Estado é visto não como uma entidade estática tal como na geografia política — na geografia política se estuda uma fronteira definida, jurisdições definidas etc. —, mas vê o Estado como uma entidade

dinâmica, uma entidade em crescimento. A ideia da expansão internacional – a ideia do imperialismo, em suma – está no coração mesmo da geopolítica. Pode se definir a geopolítica quase como “a arte do imperialismo”, a ciência e a arte do imperialismo. É uma ciência ou uma arte que vive numa fronteira muito indefinida entre o conhecimento teórico e a ação política, é uma articulação dessas duas coisas. (DORPALEN, 1982)

Sendo assim, pode se duvidar do estatuto científico da geopolítica porque a utilização de informações falsas de ordem geográfica era um dos elementos fundamentais da operação que Haushofer viu se desempenhar no Japão, e foi justamente isso que o impressionou. O governo japonês, usando de informações falsas, criava um estado de medo com relação a dois problemas que não existiam; a pretexto de resolvê-los, lançava-se numa operação imperialista muito bem sucedida. Haushofer achou que era justamente isso que tinha faltado na Alemanha durante a I Guerra: “Nós atacamos para todos os lados ao mesmo tempo, sem nenhum plano geopolítico” (HAUSHOFER apud. Dorpalen, 1982, p.41). Então ele começou a formar políticos e militantes, ensinando-os nessa técnica geopolítica.

Uma vez que o preceito fundamental da geopolítica é o solo, que é o elemento principal do poder (é ali que estão as riquezas, as possibilidades econômicas etc.), pode-se também definir a geopolítica como “a arte de conquistar território, utilizando os recursos da maneira mais econômica e prática possível” (TAKEUCHI, 2000) quer dizer, há um planejamento racional da ação. Mas não se pode dizer que isso tenha uma estrutura totalmente científica. Porque as decisões de Estado são atos de vontade – um Estado não é obrigado a ter uma política de expansão imperialista, ele terá se quiser, alguém precisa tomar a decisão.



O que os líderes políticos e militares japoneses realizavam era o ativismo da geopolítica, funcional aos olhos de setores das forças militares, pois reforçavam o peso e o apreço desta instituição junto à opinião pública<sup>9</sup>. Um exemplo disso é o fato de as ideias geopolíticas produzidas possuírem dentro suas metas fazer o enraizamento na cultura popular japonesa através da difusão de ideias específicas por meio de veículos da mídia e da incorporação de sua visão em manuais escolares. Para tanto, defendiam o excepcionalismo da história japonesa e o papel da tradição espiritual do país. (FREITAS, 2004, p.19)

### **Políticas e Estruturas da Emigração Japonesa ao Brasil**

A partir da visão geopolítica japonesa, pode-se compreender a origem da política emigratória japonesa da primeira metade do século XX e identificar os motivos por trás das suas políticas e entender a organização do sistema de emigração. O fato é que o Estado Moderno Japonês encorajou a emigração. O governo formulou uma política emigratória explícita com intervenção até nas companhias particulares de emigração em 1917 juntando quase todas essas companhias logo que o Japão estabeleceu supremacia no Tsingtao, na China, e nas Ilhas dos Mares do Sul, consequência da vitória da Primeira Guerra Mundial. O governo japonês, por meios dos seus órgãos, visando ao desenvolvimento da economia japonesa no ultramar, reformou a política de emigração e de colonização, incentivando a unificação das companhias de emigração.

(...)Em 1917, foi fundada Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), ou Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., através da

---

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que aqui não se trata de considerar que os estudos de geopolítica levaram primeiro os acadêmicos e, num segundo momento, a classe política japonesa a agir como agiram, mas sim reconhecer como a evolução do estudo de geopolítica pôde se ajustar às circunstâncias históricas daquele momento. Neste aspecto repousa, como fez o geógrafo Curado, tanto o sucesso da difusão internacional do método geopolítico japonês no entre-guerras como no seu justificável ostracismo no pós-Segunda Guerra Mundial. (CURADO, 2018, p.64)

reorganização de Tōyō Imin Kaisha, com o apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Fazenda, ambos do Japão. As antigas companhias de emigração foram gradualmente incorporadas a essa nova companhia. Em 1920, completou-se a monopolização de atividade de emigração pela KKKK (MITA, 1999, p.39)

Comparado com os impérios europeus como britânico e alemão, essas ações tiveram uma resposta atrasada aos problemas domésticos e as novas redes de expansão de relações internacionais. A atitude do Estado em relação a emigração tem sido associada com plano para construção da moderna nação japonesa. O Estado japonês conscientemente manipulou a emigração para além da ambição nacional nos países de ultramar. Emigração foi tratado como um tema sensível nas relações internacionais japonesa. O Estado observou a repercussão da emigração e se confirmou que a prática emigratória era favorável com os principais objetivos da expansão imperial. (CORNELL, J.; SMITH, R., 1970)

Durante um grande período anterior a Primeira Guerra Mundial, o governo já favorecia a denominada “companhia de emigração”, um tipo de empresa operado por pessoas que tinha relações com burocratas e banqueiros privados ou capitalistas ou empreendedores capitalistas cujo motivo envolvia lucro e serviço público. A natureza e o papel das companhias emigratórias foram peças chaves e foram importantes até 1917, quando a administração da emigração tornou uma responsabilidade pública. (AOYAGI, 1941, cap. 3).

Havia a indecisão do governo japonês em considerar a emigração ou como parte de uma pasta do Ministério das Relações Exteriores ou como parte do Ministério do Interior (CORNELL, J.; SMITH, R., 1970). Isso porque depois que adveio a crise econômica após a I Guerra Mundial o próprio governo tomou medidas paliativas como empreender e promover a emigração por meio de subsídios para despesa de viagem dos emigrantes. Em 1921, no Ministério do Interior foi instalado

Depois da Primeira Guerra Mundial, (...) sobreveio, no Japão, uma crise econômica que aumentou o desemprego e, com isso, ocorreram muitas contestações de trabalhadores, principalmente na zona rural, onde não havia mais possibilidade de absorção dos desempregados urbanos que voltaram às suas terras. Para enfrentar essa situação, conforme já foi assinalado, o governo japonês adotou a política de promover a emigração para o exterior, instalando, em 1921, um departamento chamado *Shakai Kyoku* no *Naimusho* (Ministério do Interior), autoridade responsável da administração local, com o objetivo de assegurar emprego aos trabalhadores, ativar empreendimento para o bem-estar social e para a previdência e promover a emigração para o exterior. Desde então, o *Shakai Kyoku*, obtendo a verba para promover a emigração para o exterior e sua colonização, adotou a política de incentivo à emigração para o Brasil. (...) Além disso, em 1924, toda a despesa de viagem dos emigrantes japoneses passou a ser paga pelo governo, através do *Shakai Kyoku*, como parte da política de socorro aos agricultores pobres. Em 1932, o governo japonês passou a pagar as despesas de preparativos para a emigração, tornando possível aos emigrantes japoneses irem para exterior, mesmo sem disporem de recursos financeiros. (MITA, 1999, p.43)

É assim que, a partir de 1923 no Brasil se registra crescente aumento da imigrantes japoneses no Brasil, e no prazo de 16 anos, entraram dois terços do total, a política nacional de emigração foi estabelecida e basicamente a mesma política se seguiu no pós-guerra.

Foi desse modo que o governo japonês encaminhou seus nacionais para o exterior, visando ampliar a área de influência do império. “Interessava ao governo de Tóquio que os seus súditos fossem bem sucedidos na nova terra a fim de que não retornassem ao Japão<sup>10</sup> e que ainda pudessem auxiliar sua pátria na produção de matérias primas de que era carente” (SBCJ, 1992, p. 154). O meio para se efetivar esse plano, foi a criação de núcleos agrários fundados por japoneses no Brasil.

---

<sup>10</sup> Ikutaro Aoyagi, representante do Tokyo Syndicate e idealizador da Colônia de Iguapê (SP), ficou conhecido como defensor da ideia de que o “imigrante deve se fixar no país para onde vai” (SBCJ, 1992, p.154). Essa ideia foi encampada também pelas associações ultramarinas de províncias japonesas como Kumamoto, Tottori e Toyama.



Algumas já foram citados no capítulo anterior, mas havia companhias que monopolizavam os serviços de emigração para o Brasil. Os exemplos mais conhecidos de colônias japonesas no Brasil são aquelas originadas pela KKKK<sup>11</sup> (uma companhia de emigração subvencionada pelo governo japonês) e BRATAC<sup>12</sup> (empresa de economia mista, de ações das províncias japonesas). Essas empresas adquiriam grandes glebas ou áreas públicas ou privadas brasileiras para depois serem loteados e vendidos aos imigrantes japoneses (VIEIRA, p.45). A tese de doutorado da Célia Sakura explica detalhadamente esse esquema para mostrar o porquê da tradição da imigração japonesa estar associada a agricultura e do reconhecimento de sua contribuição nesse campo, enfatizada durante a comemoração pelo centenário de sua chegada ao nosso país. (SAKURAI, 1998)

### **Dois exemplos de colônias japonesas no Brasil que resultou da política emigratória**

Por parte dos japoneses, a emigração japonesa para o Brasil, inicialmente os capitalistas japoneses mostravam se pouco interessados em um investimento em atividades de emigração a este país cuja promessa de lucro nada tinha de animadora. Ela só se tornou realmente ativo pela intervenção direta do primeiro ministro Taro Katsura, no seu terceiro mandato (1912-1913) que convocou 30 capitalistas de renome solicitando a colaboração para a obtenção de recursos sob a tutela do Estado, fazendo surgir o Tokyo Syndicate em março de 1913 com capital de um milhão de ienes(valor da época) e investiu nas terras de

---

<sup>11</sup> Houve três colônias japonesas fundadas no Vale do Ribeira (SP), sendo Registro uma delas. As demais eram Sete Barras e Katsura. Planejadas inicialmente pelo Sindicato de Tóquio, em 1910, foram iniciadas em 1912 em terras cedidas pelo governo paulista no ano anterior. Em 1917, a KKKK (Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko), produto da unificação das empresas de colonização japonesa assumiria e desenvolveria esses núcleos auto-suficientes. Esse modelo de organização da Kaiko seria seguido pela Bratac. (TAKEUCHI, 2009)

<sup>12</sup> Essa empresa Bratac era financiada pelas prefeituras de algumas províncias japonesas como Niigata, Tochigi, Miyazaki, Shinano, Kumamoto, Tottori, Toyama. (SBCJ, 1992, p.156 e 157)

propriedade do Estado de São Paulo que Ikutaro Aoyagi havia adquirido do governo brasileiro sem ônus, e que se tornou as três colônias: Registro, Katsura e Sete Barras.

Assim, se formou a primeira colônia de imigrantes japoneses no Brasil, a Colônia de Iguape (constituída por núcleos coloniais de Registro, Sete Barras e Gipovura) construída no Vale do Ribeira do Iguape, por iniciativa de Ikutaro Aoyagi. Aoyagi foi um líder influente da era Meiji que atuou na política emigratória japonesa ao Brasil, considerava a construção da colônia como um meio de expansão japonesa no ultramar. Ele recomendava ao governo japonês a necessidade de construção dessa colônia, dizendo: "Se não iniciar agora essa atividade perderá a única oportunidade de construir uma colônia japonesa onde ainda resta área que não foi colonizada no mundo". (AOYAGI, 1941, p. 19)

A compreensão da geopolítica japonesa permite entender melhor o motivo real da política emigratória ao Brasil. Uma vez que foi adotada a política emigratória ao Brasil a da Amazônia foi uma continuidade do que se iniciou em 1908 em São Paulo numa situação de franca expansão a partir da década de 1920 na região Sudeste do Brasil.

Na colonização na Amazônia houve o interesse geopolítico dos militares japoneses pela obtenção de 600 mil hectares de terra em Acará, 400 mil hectares em Monte Alegre e três lotes de 10 mil hectares, em Marabá, na zona da Estrada de Ferro de Bragança e até em Conceição do Araguaia, para a imigração japonesa (HOMMA, 2009, p. 34)

## **Considerações finais**

No projeto de construção de colônia de imigrantes japoneses no Brasil, há uma longa história da política emigratória iniciada desde a era Meiji do Japão. Originalmente, era baseado na geopolítica de “expansão dos japoneses além-mar”, que era uma das

políticas expansionistas do nacionalismo japonês e que mais tarde foi aperfeiçoado pelo Primeiro Ministro Taro Katsura.

Essa política emigratória iniciou como política nacional com objetivo de expandir área de influência japonesa no mundo. Como política do Estado, já em 1900, Taro Katsura havia criado a Faculdade Takushoku (colonização) em Tóquio para formar líderes para colonizar Formosa.

Em 1913, o governo nipônico assumiu a emigração para o Brasil como política de Estado, sob a orientação do governo japonês de Taro Katsura foi formada a Companhia de Colonização do Brasil S.A (Kaikô). No decorrer dos anos, foram se criando novas colônias de imigrantes japoneses (iju-chi) em São Paulo. uma política emigratória direcionada ao Brasil, um caráter meio estatal e civil. Foram investidos 10 milhões de ienes (de capital estatal e privado) para subsídio de transporte, e adquirir grandes terras no Brasil pelas grandes empresas colonizadoras como a Kaikô e Bratac que posteriormente essas empresas distribuía em pequenos lotes e ajudavam na construção de infraestrutura necessária que proporcionasse alguns benefícios que gozava na terra natal, para que o emigrante pudesse fixar-se e procurasse o seu desenvolvimento e do país imigrantista.

Os grandes estadistas japoneses que foram pioneiros na construção da colônia japonesa no Brasil deixaram de existir. Os líderes que plantaram e cultivaram, morreram; mas seus frutos se espalharam pelo Brasil afora. Foi um projeto de colonização idealizado como um grande projeto para os próximos cem anos.



## Referências

AOYAGI, Ikutaro (org.). **Burajiru ni Okeru Nihonjin Hatten-Shi linkai** (Sociedade de Desenvolvimento de Japoneses em Brasil), Tóquio, 1941.

APANB (Associação Pan-Amazônia de Nipo-Brasileira), 70 Anos de Imigração Japonesa na Amazônia. São Paulo: Topan Press, 2001.

CORNELL, J.; SMITH, R.. **Japanese Immigrants Abroad**, Rice University Studies, 1970.

CURADO, Pedro. O “espírito alemão” na formação do pensamento geopolítico japonês durante o Entre-Guerras. **Revista de Geopolítica**, v. 9, nº 2, p. 51 - 65, jul./dez. de 2018.

DORPALEN, Andreas. **The World of General Haushofer**. Geopolitics in action. Kennikat Press, 1966.

DORPALEN, Andreas. “**Geopolítica en Acción**. El Mundo del General Haushofer”. Buenos Aires: Pleamar, 1982.

HENSHALL, Kenneth. **A History of Japan: From Stone Age to Superpower**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

HOMMA, Alfredo. Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Manaus: Revista Somanlu, ano 9, n. 1, jan./jun, 2009.

ISHIKAWA, Tatsuzô. **Sôbô** Uma Saga da Imigração Japonesa. Trad. Maria F. Tomimatsu e Mônica Okamoto. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

LESSER, J. **Negotiating National Identity: Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil**. Duke University Press Books, 1999.

LONE, Stewart. **General Katsura Tarō and the Japanese Empire in East Asia, 1874-1913.** A Thesis of Doctor of Philosophy of The Australian National University, 1989.

MITA, Chiyoko. **Bastos:** uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 1999.

MOTOYAMA, Shozo e OKUBARO, Jorge J. **Do conflito à integração:** uma história da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: EdUSP, 2016.

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil.** Um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. XXII Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 1998.

SBCJ (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa). **Uma Epopéia Moderna,** 80 Anos da Imigração Japonesa. São Paulo: Hucitec, 1992.

REISCHAUER, Edwin. **Japan** the history of nation. New York: Alfred A. Publisher, 1981.

TAKEUCHI, Keiichi. “Japanese geopolitics in the 1930s and 1940s”. In: DODDS, Klaus e ATKINSON, David. **Geopolitical traditions** – A century of geopolitical thought. New York: Routledge, 2000.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. O Japonês na Frente de Expansão Paulista- O Processo de Absorção do Japonês em Marília, São Paulo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 1973.